



Mais de cem mil mulheres realizam hoje a Marcha das Margaridas

As mulheres trabalhadoras rurais do campo, da floresta e das águas mostram sua força e marcham em direção a esplanada dos ministérios contra toda forma de exploração, dominação, violência e em favor de igualdade, autonomia e liberdade para as mulheres.

Contra a postura misógina, racista e machista do presidente Bolsonaro, esse ano a Marcha está reforçada também por movimento das mulheres da cidade.

“Esse é um desafio para todas as mulheres, do campo das cidades. Não podemos aceitar que um presidente de plantão destrua avanços conseguidos por décadas de lutas e sacrifícios de mulheres de todo o mundo”, disse Cleonice Rocha, vice-presidente do Sindsep/MA.

A força da Marcha das Margaridas está na forma de organização que busca descentralizar as ações para que todas participem e construam a mobilização a partir do lema “Margaridas na Luta por um Brasil com Soberania Popular,



Democracia, Justiça, Igualdade e Livre de Violência”

Para ampliar a participação de diversos segmentos e faixas etárias, são realizadas reuniões e encontros com diversos grupos de mulheres (jovens, idosas, assalariadas, agricultoras familiares, sem-terra, quilombolas, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras, etc.)

Os eixos políticos da Marcha 2019 tocam em pontos nevrálgicos, sob risco no governo Jair Bolsonaro. Tratam da defesa da terra, água e agroecologia; pela proteção e

conservação da sociobiodiversidade; por previdência e assistência social pública, universal e solidária; por saúde pública e em defesa do SUS; pelo direito à educação do campo; pela autonomia e liberdade das mulheres sobre seu corpo e sua sexualidade; por uma vida livre de todas as formas de violência; por democracia com igualdade e fortalecimento da participação política das mulheres.

O Sindsep/MA como de hábito, também está representado na Marcha das margaridas 2019.



Mulheres indígenas lotam Brasília e com muita coragem dão recado à Bolsonaro

A 1ª **Marcha das Mulheres Indígenas** pelas ruas de Brasília, nesta terça-feira (13), enfrentou as declarações racistas, contrárias à demarcação das terras indígenas e à própria cultura dessas comunidades, e até as ameaças veladas de Jair Bolsonaro (PSL) que, quando ainda era deputado, chegou a dizer: “Pena que a cavalaria brasileira não tenha sido tão eficiente quanto a americana, que exterminou os índios”.

Com adornos de penas e corpos desenhados com pinturas que expressam suas identidades, cerca de 10 mil mulheres indígenas, representando mais de 300 povos, ocuparam a Esplanada dos Ministérios para reivindicar suas terras, o respeito à suas culturas, educação, saúde e o fim da violência contra a mulher.

“Tivemos que parar as plantações, as produções para estar aqui lutando pela sobrevivência”, disse **Glicéria Tupinambá**, da aldeia Serra do Padeiro, no sul da Bahia. Glicéria, que viajou um dia e meio de ônibus para chegar à capital do Brasil e marchar ao lado de suas parentes, falou categoricamente: “Queremos um Brasil que reconheça nossa vida e os conhecimentos tradicionais dos saberes que nascem com a gente”.

ALLEN MESAGlicéria Tupinambá na 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília

Com apenas 18 anos, **Maikelle**, que também é Tupinambá, não mediu esforços para estar na 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. A jovem tem na ponta da língua a resposta do porque estar na manifestação: “A gente quer ser ouvida e dizer que também temos

direito de ter saúde, educação e viver sem preconceito”.

ALLEM MESAMAikelle Tupinambá se preparando para marchar pelas ruas de Brasília

Com o lema “**Território: nosso corpo, nosso espírito**”, a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas começou a ser construída ainda há três anos, no Acampamento Terra Livre (ATL) de 2016, sendo consolidada no ATL 2019.

Para os não indígenas, o mote pode parecer difuso, mas o trecho de uma carta do **Cacique Seattle**, escrita em 1850, ao presidente dos Estados Unidos, ajuda a entender o valor das terras para os povos indígenas.

“Cada pedaço desta terra é sagrado para meu povo. Cada ramo brilhante de um pinheiro: cada punhado de areia das praias, a penumbra na floresta densa, cada clareira e inseto a zumbir são sagrados na memória e experiência de meu povo. A seiva que percorre o corpo das árvores carrega consigo as lembranças do homem vermelho”.

Adriana Ramos, coordenadora de Política e Direito do Instituto Socioambiental (ISA), explica que “a Constituição Federal rompeu um paradigma antigo que via a questão indígena como uma questão temporal de integração dos índios à sociedade. E ao fazer isso, ela reconheceu o direito desses povos de viverem como povos indígenas e deu a eles direito ao território que habitam”.

Segundo a pesquisadora, Bolsonaro vai na contramão da lei quando propõe “levar para dentro das terras indígenas as atividades que não são tradicionais”.

“O presidente fala que entende o que é a questão indígena sem a

gente ter conhecimento de quantas vezes ele foi a um território indígena, quantas oportunidades ele teve de fazer o diálogo com os coletivos indígenas e não apenas com alguns indivíduos”.

De acordo com ela, “é uma visão muito restrita achar que a perspectiva de vida do índio é de que ele deixe de viver do modo deles para viver no nosso modo. Aliás, quando os povos indígenas estão vivendo do nosso modo, eles estão em periferias, são levados a uma situação de pobreza que muitas vezes não enfrentariam em seus territórios originários”, afirma.

De acordo com a parlamentar do Equador Encarnacion Duchi, de origem indígena, a luta pelo respeito às terras é internacional. “No Equador dizemos que somos as filhas da resistência, e que nós mulheres vamos levar a luta de nossas avós, pois nossos filhos necessitam e têm direito a viver em um espaço são, a ter seu próprio território, a ter educação, a ter acesso aos meios de comunicação, a estar presentes dinamicamente nos espaços públicos”.

“É por isso que venho do Equador somar-me à luta de vocês. Sem dúvida, os povos e nacionalidades indígenas da América Latina têm as mesmas necessidades, os mesmos problemas, e por isso temos que estar organizadas, dizendo em voz alta: aqui estamos para defender nosso território.”

Escrito por: Vanessa Galassi, da CUT Brasília, e Érica Aragão, da CUT Nacional